

UM ROTEIRO PARA
IMPLEMENTAR A META 3
DA ESTRUTURA GLOBAL
DE BIODIVERSIDADE:

TERRITÓRIOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS PARA SALVAR O PLANETA

NOTA INFORMATIVA

[Relatório completo aqui](#)



AMAZONIA
POR LA VIDA:
PROTEJAMOS
80% AL
2025
EVITANDO EL PUNTO DE NO RETORNO

Foto: Sheyden/Ava

Mensagens chaves:

- **A Amazônia e outros oito ecossistemas importantes¹ estão se aproximando ou já entraram em pontos de inflexão** e agora estão passando por uma espécie de metástase ecológica, e os impactos serão sentidos globalmente.
- A inclusão dos territórios indígenas e ancestrais no Quadro Global de Biodiversidade (GBF) de Kunming-Montreal representa uma **referência histórica para atingir os objetivos globais**. Até o momento, apenas as áreas protegidas e “outras medidas eficazes de conservação baseadas em áreas” (OECM) foram consideradas no debate sobre conservação global.
- **Os Territórios Indígenas (TI) representam cerca de 22% da superfície terrestre global**, abrigam **80% da biodiversidade remanescente no planeta** e 500 milhões de pessoas, o que representa 6,2% da população global. No entanto, os povos indígenas recebem menos de 1% do financiamento climático, pois **as políticas de mudança climática e conservação não reconheceram o papel dos povos indígenas e de seus territórios**.

- Em 151 anos, as áreas protegidas² se expandiram para cobrir aproximadamente 17% do globo e são mantidas principalmente com bilhões de dólares dos orçamentos nacionais. Há um alto risco de que a expansão das áreas protegidas para **atingir 30% até 2030 possa ocorrer às custas dos territórios indígenas**.
- A diferença entre as áreas protegidas, OECMs e territórios indígenas é fundamental. Enquanto as duas primeiras categorias são criadas por lei ou decreto, **os territórios indígenas são pré-existentes aos Estados e abrigam povos indígenas com sua própria estrutura de governança, cultura, idioma e sistemas de conhecimento indígena, e a soma de todas essas características tem mantido os principais ecossistemas do planeta ao longo dos milênios**.
- **O objetivo de um território indígena não é a conservação** como a definimos em um contexto ocidental. Em vez disso, a conservação em territórios indígenas é o resultado de todos os elementos descritos acima que respondem aos direitos reconhecidos em acordos internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT (1989) e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).
- A compreensão da relação vital entre ecossistemas, biodiversidade e povos indígenas é chave

¹ Mudança da floresta boreal, desintegração da camada de gelo da Antártica Ocidental, mudança da monção da África Ocidental, perda de Permafrost, desintegração da camada de gelo da Groenlândia, mudança da floresta boreal, colapso da circulação de revolvimento meridional do Atlântico e mudança da monção indiana; em McSweeney, R. (Ed.). 2020.

² Borrini-Feyerabend, G., N. Dudley, T. Jaeger, B. Lassen, N. Pathak Broome, A. Phillips e T. Sandwith (2013). *Governance of Protected Areas. From understanding to action* (PDF). IUCN. ISBN 978-2-8317-1608-4.

para a política de mudanças climáticas. **Os ecossistemas complexos geralmente dependem da cultura, da governança e do conhecimento dos povos indígenas** (e vice-versa).

- **A posse insegura da terra afeta** a capacidade das pessoas, das comunidades e das organizações de fazer mudanças na terra que possam promover **os esforços de adaptação e mitigação**.
- **Para interromper a trajetória rumo aos pontos de inflexão** nos principais ecossistemas do mundo, é necessário o envolvimento de todos.
- **O reconhecimento imediato dos Territórios Indígenas** e a alocação de recursos para fortalecer sua gestão territorial é um primeiro passo.
- As políticas climáticas precisam ter uma abordagem baseada em direitos.
- É necessária a implementação imediata de marcos legais para reconhecer os direitos e o papel dos povos indígenas na manutenção das áreas prioritárias-chaves e a saúde planetária.

GBF Meta 3 na Amazônia³

- A Amazônia, lar de 511 nações indígenas, atingiu um ponto de inflexão, pois a degradação e o desmatamento combinados transformaram 26% da região e podem potencialmente desencadear um ponto de inflexão que afeta ecossistemas tão distantes quanto o Planalto Tibetano e a camada de gelo da Antártica Ocidental.
- A preservação de 80% da Amazônia até 2025 ainda é possível. Ainda assim, são necessárias medidas urgentes para proteger efetivamente os 74% restantes (629 milhões de hectares) da Amazônia que são Áreas Prioritárias Essenciais Intactas (33%) e com Baixa Degradação (41%) e restaurar 6% das terras altamente degradadas.
- **As Áreas Protegidas Nacionais (APNs) e as Terras Indígenas (TIs) são vitais para proteger a Amazônia. Juntas, elas cobrem 47,2% da Ama-**

zônia (TIs -27,5%- e APs -24,6%-, sobreposição entre ambas 17,7%, RAISG 2020, p.16). 87,5% do desmatamento ocorreu fora dessas terras⁴. Para evitar o ponto de inflexão, outros 33% da região precisam de um regime de gestão territorial.

- Proteger 80% da Amazônia é viável e urgente, como a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) reconheceu em 2021 com os votos de 32 países e 541 organizações não governamentais na Resolução 129⁵.
- **São necessárias medidas urgentes para proteger efetivamente os 74% restantes** (629 milhões de hectares) da Amazônia que são Áreas Prioritárias Essenciais Intactas⁶ (33%) e com Baixa Degradação (41%). Além disso, **a restauração de 6%** (54 milhões de hectares) de terras com alta degradação é vital para interromper a tendência atual.
- Ao abordar a implementação da Meta 3 **na Amazônia, é fundamental entender o contexto e as estruturas legais de cada país e como a titulação e o reconhecimento de TI variam entre os países amazônicos**. Este relatório apresenta uma descrição das estruturas legais atuais em muitos desses países.
- **A falta de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas está permitindo a destruição dos principais ecossistemas prioritários** e o potencial de extermínio de comunidades inteiras e de povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial (PIACI). Atualmente, o Congresso peruano está analisando a possibilidade de eliminar 25 reservas indígenas, o que levará ao extermínio de 25 grupos PIACI.

Conclusões

As políticas globais e nacionais exigem soluções inovadoras e imediatas. A Estrutura Global de Biodiversidade oferece uma oportunidade de agir ime-

³ A Iniciativa Amazônia para a Vida adota a Amazônia como um conceito mais abrangente que inclui todos os ecossistemas que fazem parte desse megassistema (bioma e bacias de drenagem associadas, cabeceiras, ecossistemas amazônicos e regiões administrativas) presente em 9 países.

⁴ RAISG 2020, p. 46.

⁵ Evitar o ponto de inflexão na Amazônia protegendo 80% até 2025.

⁶ Definimos as Áreas Prioritárias Principais como as áreas com integridade, funcionalidade, conectividade e representatividade de biodiversidade de ecossistema muito altas (consulte a Metodologia), incluindo florestas primárias.

diatamente ao incluir os Territórios Indígenas como um terceiro caminho para alcançar a conservação da biodiversidade e as metas climáticas. Os povos indígenas possuem o conhecimento ancestral da maioria dos ecossistemas chaves da Terra. A Amazônia é uma região vital para a vida na Terra e entrou em um perigoso ponto de inflexão com efeitos em cascata para outros ecossistemas vitais do planeta. Pedimos aos governos que se comprometam a proteger 80% da Amazônia imediatamente, pois essa pode ser a última oportunidade de impedir que o ponto de inflexão se expanda para toda a região. A Meta 3 é um marco para os esforços de reconhecimento do clima, da saúde e dos direitos, e precisamos ter um roteiro claro para implementá-la o mais rápido possível.

A primeira etapa é reconhecer os territórios e direitos indígenas em modelos de governança inovadores que incluam sistemas de conhecimento indígena. A segunda etapa é apoiar seu gerenciamento por meio de um grande aumento dos recursos nacionais e internacionais. Conforme observado, há várias maneiras de aumentar substancialmente o financiamento em apoio às TIs, desde o financiamento da mudança climática até a troca de dívidas ou esquemas de perdão de dívidas, até o financiamento liberado pelo redirecionamento de subsídios prejudiciais, conforme acordado na Meta 18 da Estrutura Global de Biodiversidade e o aumento de recursos solicitado na Meta 19.

Por fim, as áreas prioritárias sem um regime de gestão territorial podem consolidar um novo modelo de cogestão em que os Estados criam corredores de conectividade biocultural que conectam ecossistemas e culturas e territórios indígenas como uma medida de proteção imediata. Os líderes amazônicos identificaram nesta [declaração](#) um conjunto de soluções para deter o ponto de inflexão na Amazônia.

Recomendações de políticas

- A COP15 e a Estrutura Global de Biodiversidade criaram um **novo mandato sobre a integridade do ecossistema e os territórios indígenas**. Essa nova estrutura exige ação imediata dos governos.
- **Os governos da Amazônia devem se comprometer a proteger 80% da Amazônia o mais rápido possível**, antes que o ponto de inflexão se expanda para toda a região.
- As estruturas legais na Amazônia devem garantir salvaguardas permanentes para proteger a Amazônia, não como um esforço isolado de cada país, mas como um esforço regional integrado. Uma visão regional panamazônica exige um plano estratégico compartilhado, construído com base nas diretrizes rigorosas do consentimento livre, prévio e informado (FPIC). Para alcançar a visão de 80% até 2025, cada país amazônico deve desenvolver Planos de Ação Nacionais para o Bioma Amazônico (NABAP) para explicitar seus compromissos para atingir a meta.
- Os países industrializados precisam fornecer recursos para ajudar os países amazônicos a eliminar gradualmente as atividades extrativistas: petróleo, mineração, exploração madeireira e agroindústria.
- É necessário que haja reconhecimento legal e demarcação de 100% dos territórios indígenas e a alocação de recursos financeiros permanentes que permitam sua titulação e expansão.
- Uma moratória imediata sobre o desmatamento e a degradação industrial de todas as florestas primárias.
- Deter os principais impulsionadores do atual e futuro desmatamento além das pressões do desenvolvimento industrial, suspendendo novos licenciamentos e financiamentos para mineração, petróleo, pecuária, grandes barragens, exploração madeireira e outras atividades industriais.
- O setor financeiro precisa garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas e o fim do desmatamento em todas as cadeias de suprimentos financiadas.